



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9512 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A PROPOSTA DA BNCC:

Terezinha de Jesus Amaral da Silva - UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Lélia Cristina Silveira de Moraes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A PROPOSTA DA BNCC

RESUMO

Este estudo registra o andamento de uma pesquisa desenvolvida no Curso de doutorado, iniciado em 2020, sobre as leituras e percepções dos professores da Educação Básica acerca da organização curricular por competências e habilidades, em que, sinalizamos, inicialmente, percepções de professores sobre a BNCC, levantando-se questões referentes às alternativas de como a escola tem reagido a essas políticas em termos de conformação à regulação ou oferta de resistência? Numa perspectiva teórica crítica, objetivamos apreender as percepções dos professores sobre o teor político-ideológico deste documento, à luz de Paulo Freire (2013), Sacristán (2000; 2013), Deluiz, (2001); Zarifian (2003); Zorzal (2009); Ricardo (2010); Deitos (2021). Adotando uma abordagem metodológica qualitativa, pautada no materialismo dialético, analisamos as respostas dos professores de três municípios maranhenses sobre sua leitura e discussão da BNCC, com vistas à implementação, registrando como significativos os argumentos históricos e críticos ampliados nessas discussões como resistência à atual política curricular de precarização da educação e do trabalho docente. O estudo revela a importância da contraposição de uma concepção libertadora e humanizadora à psicologização dos sentidos mercadológicos de competências adaptativas às imposições globais, bem como a necessidade de resistência a essa lógica a partir de um currículo integral, inclusivo e humanizador.

Palavras-chave: Currículo. Competências. Professores. BNCC. Implementação.

1 INTRODUÇÃO

Pensar educação nos dias atuais é indiscutivelmente necessário, especialmente no que se refere à configuração de políticas reformistas neste segundo decênio de virada ao século XXI. Logo, discorrê-la na contextualidade brasileira e maranhense é, pois, um desafio necessário à comunidade científica e docente. Nesse estudo, propomo-nos a refletir as percepções dos professores nos processos de apropriação do conhecimento sobre a atual política da BNCC (2017), à luz das concepções e condições estruturais dos professores, no âmbito do seu fazer pedagógico.

Este estudo contribui no entendimento sobre compreensões e representações dos

educadores sobre competências e habilidades, além de constatar em que perspectivas teóricas e metodológicas as práticas educativas e pedagógicas estão sendo encaminhadas e quais os principais desafios à implementação da BNCC.

2 CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS E O FORTALECIMENTO DA LÓGICA DA BNCC: tecendo algumas críticas

Sinalizamos a compreensão da dimensão polissêmica do termo “competência” para melhor explorá-lo como objeto de estudo, no aspecto teórico-metodológico sobre suas origens e sua materialidade nos processos de implementação da BNCC, num contexto de conflitos, contradições e expectativas multidimensionalizadas pelas relações de poder que se evidenciam no âmbito da escola. Destacamos Paulo Freire, visto que esse autor não despreza a importância de competências técnicas e científicas inerentes à formação e à atuação do professor, mas as concebe de forma contextualizada, crítica e transformadora, o que se dá pela promoção de um ensino problematizador, alicerçado nos princípios da dialeticidade, da politicidade e da contextualidade. Em *Pedagogia da autonomia*, uma de suas mais importantes obras, como competência precípua ao docente progressista, ele afirma que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, curiosidade e rigorosidade metódica que, nem de longe, se compara ao alinhamento que se pretende impor à formação atual de professores:

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico e dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. Este não é o saber que a rigorosidade do pensar certo procura (FREIRE, 2013, p. 39).

Daí a importância de inquirirmos se os professores estão se apropriando do texto da BNCC e de que forma e sob que perspectiva fazem suas interpretações. Um estudo histórico sobre competências, suas polissemias e trajetórias nas ciências e na educação tem-nos permitido insistir nessa construção mais crítica, a partir dos pressupostos defendidos pelos autores em pauta, em especial, Paulo Freire. (LOPES & MACEDO, 2010; SACRISTAN, 2000; 2013, DELUIZ, 2001; FREIRE, 2013; ZARIFIAN, 2003; RAMOS, 2001, ROPÉ & TANGUY, 2002; MORAES, 2006; ZORZAL, 2006; 2009; RICARDO, 2010; SACRISTÁN, 2010; GONÇALVES & DEITOS, 2021).

3 METODOLOGIA

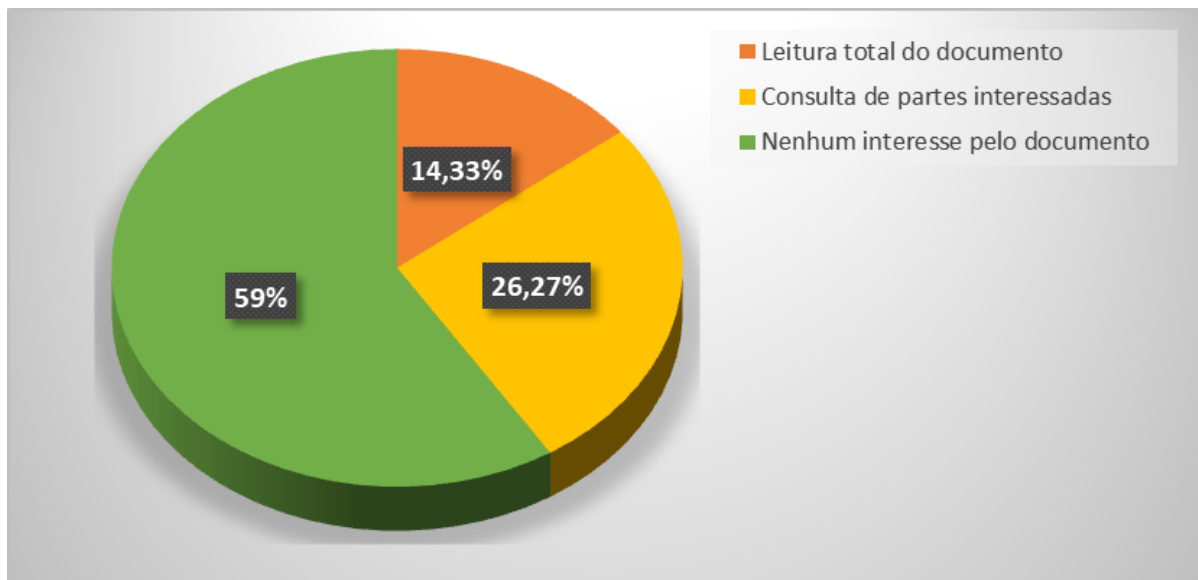
Optamos por uma abordagem metodológica (ainda em construção) materialista histórica, que tem nos permitido redimensionar o objeto de estudo sob as influências políticas, sociais, econômicas e culturais: “(...) a conexão da estrutura social e política com a produção” (MARX; ENGELS, 1984, p. 21; FREIRE, 1979). Pelo método dialético de estudo aplicado ao campo do currículo, focado nas competências e suas polissemias, consideramos a historicidade, a dinamicidade e o corolário político-ideológico dos professores sobre a ideia de competências da BNCC. (KOSIK, 2010; DUARTE, 2006, BRASIL, 1988). Foram interrogados professores de 3 municípios maranhenses sobre o seu conhecimento em relação às competências e habilidades da BNCC, suas impressões e inquietações, por meio de um questionário aberto, em 2020 e início de 2021. Nesta segunda etapa, iniciada neste ano de 2021, os mesmos professores participaram via pesquisa online.

4 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa da pesquisa, divulgada no XXV EPEN/ ANPED, em 2020,

registramos uma prévia verificação com 300 professores em 3 municípios do Maranhão (Paulino Neves, Araisos, Santa Rita) quando da participação em jornadas pedagógicas com a temática da BNCC, a respeito de suas impressões e entendimentos sobre essa política. Dentre os professores que responderam ao questionário prévio, apenas 43 deles haviam feito uma leitura total do documento; 80 já haviam consultado só a “parte que lhes interessava, e os demais (177) nunca haviam se interessado pela leitura deste documento.

Gráfico 01 - Demonstrativo sobre o conhecimento dos professores em relação à BNCC

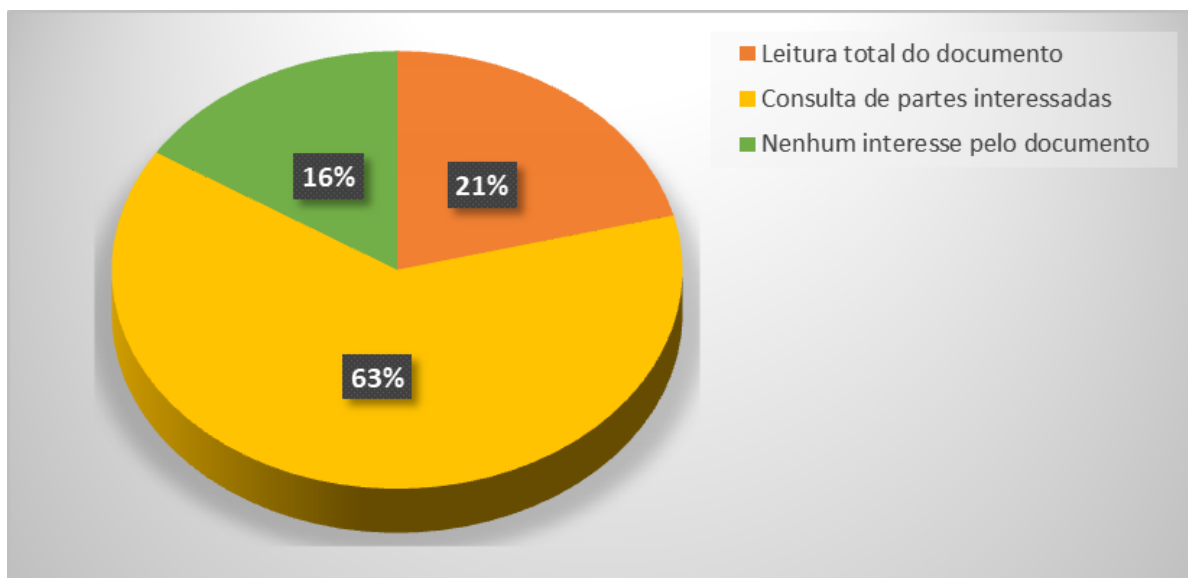


Fonte: Elaboração Própria, 2020.

Pelo fato de ser este um importante dado e que o estudo dos fenômenos deve ser realizado considerando suas múltiplas determinações, há que se considerar o não interesse dos professores como oportunidade de resistência a orientações que não levem em consideração as peculiaridades do contexto de suas localidades. Porém, com a continuidade dos estudos teóricos e as discussões no campo da política educacional no Brasil e no Maranhão, já podemos vislumbrar a ampliação dos debates, uma maior participação desses professores numa discussão mais crítica sobre a BNCC e uma predisposição maior, por parte dos gestores (prefeitos e secretários de Educação) para retomar as formações e reconstruir uma agenda mais pontual sobre a organização de seus currículos.

Segundo o gráfico 02, dos 300 professores investigados, temos hoje 21% dos professores do Ensino Fundamental que fizeram leitura total da BNCC (2017) e do Documento Curricular do Território Maranhense; 63% de professores que fizeram consultas e leituras de partes dos documentos do seu interesse e 16% dos professores entrevistados que disseram não ter interesse nenhum em estudar a BNCC e o DCTMA, apesar de já terem ouvido falar nos encontros e formações online no último ano.

Gráfico 02 - Demonstrativo sobre o conhecimento dos professores em relação à BNCC e ao DCTMA



Fonte: Elaboração Própria, 2020.

Dos últimos dados, depreende-se que a situação se modifica em função dos debates realizados no âmbito das discussões online, durante o ano de 2020, com esses professores que vêm compartilhando suas angústias, dúvidas e incertezas sobre a temática do currículo por competências, suas polissemias diante das exigências de sua implementação em cumprimento da BNCC. Sobre a leitura total do documento, que avança de 14.33% em de 2020 para 21% em 2021, atribuímos ao nosso incentivo, ao acesso e ao compromisso de garantir que os professores estejam inteirados desta leitura, tanto da BNCC (2017) quanto do DCTMA (2018) a fim de que, a partir dela, possamos fomentar uma discussão mais consistente no âmbito da crítica, da resistência e das contraposições.

É importante também pontuar sobre a consulta de partes da BNCC que mais interessam aos professores. Observou-se a elevação de 26.27% em 2020 para 63%, que se deu, sobretudo, em função do apelo que vem se fazendo pelos secretários de educação desses 3 municípios, aos gestores e professores, para que lesem pelo menos as partes introdutórias e aquelas que dizem respeito à etapa de trabalho, para melhor entender e encaminhar os procedimentos de implementação ou tentativas de garantir em seus planejamentos a aplicabilidade das orientações. Sobre esse fato, valemo-nos das oportunidades que nos foram concedidas nas formações online, palestras ou *lives* para incentivar os professores a não somente lerem as partes interessadas, mas, que estivessem atentos e dispostos a analisar as suas realidades e condições objetivas de trabalho, especialmente nesse período de enfrentamento da crise da pandemia e de outras tantas dificuldades que se agravaram neste contexto, com as exigências de acesso e manuseio das tecnologias.

Por fim, é notório que o desinteresse dos professores pela leitura da BNCC, visto positivamente, inicialmente, como resistência à atual política curricular em obediência ao capital internacional, (de 59% em 2020 para 16% em 2021) vem se diluindo pela iniciativa destes em participar das discussões sobre currículo por competência, o que se configura numa mudança significativa que, contraditoriamente, vem acenando em favor da emergente necessidade de leitura e apropriações dos sentidos subjacentes a essa política de adaptabilidade, para então revisitá-los à luz das concepções e dos estudos críticos aqui já sinalizados, com vistas a sua ampliação e aprofundamento posteriores (ZORZAL, 2006; DUARTE, 2010; GONÇALVES & DEITOS, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos desafios centrais do campo do currículo atualmente é, sem sombra de dúvidas, enfrentar teoricamente a necessidade de uma atualização da discussão em torno da relação entre currículo e sociedade, relação que precisa ser compreendida à luz das mudanças que o século XXI nos trouxe, entremeada pelas contribuições já alcançadas quanto ao entendimento político-pedagógico sobre currículo e competências, numa perspectiva progressista, crítica. É, portanto, em Paulo Freire que amparamos o argumento de que é imperativo superar a dicotomia entre os que pensam e os que fazem ou executam o currículo, propondo a adoção de uma competência técnico-científica aliada ao conhecimento da realidade pelos princípios da dialogicidade, contextualidade, na urgência que o momento político demanda e na emergência de novas possibilidades (ARROYO, 2004; FREIRE, 2013; LOPES, 2004).

Para além dos desafios impostos pela pandemia, no que diz respeito ao acesso e uso de novas tecnologias, o Maranhão apresenta desafios inadiáveis a despeito das prementes necessidades de reverter quadros situacionais, não apenas de estatísticas desastrosas, mas de enfrentamento da desvalorização da educação, da escola e de seus profissionais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

AMORIM, A.C; FERRAÇO, C.E; GABRIEL, C.T. **Teóricos e o campo do currículo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2012.

APPLE. M.W. **Ideologia e currículo**. 7.ed. São Paulo: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel. Experiências de inovação educativa: **o currículo na prática da escola**. In: MOREIRA, Antônio Flávio (org). **Currículo: políticas e práticas**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BOURDIEU. P. PASSERON, J. A R. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa. Editorial Veja, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional curricular comum**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

DEITOS, Roberto Antonio. **Economia e estado no Brasil**. In: FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; ZANARDINI, Isaura Monica Souza; DEITOS, Roberto Antonio. **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.

DELUIZ, N. O Modelo de Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: implicações para o currículo, **Boletim técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, set/dez, 2001.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45.ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 35.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GONÇALVES, Amanda Melchiotti. **Os intelectuais orgânicos da base nacional comum curricular (BNCC): Aspectos teóricos e ideológicos**. 2020. 128f. (Dissertação de Mestrado).
- KOSIK. K. **A Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPES, Alice Casimiro. **Interpretando e produzindo políticas curriculares para o ensino médio**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.
- MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense**, São Luís, 2018.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Maria Clara de Faria. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- MORAES, Lélia Cristina Silveira de. **Currículo Centrado em Competências: concepção e implicações na formação técnico-profissional: estudando o caso do CEFET/MA**, 2006.
- RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.
- RICARDO, E. C. **Discussão acerca do ensino por competência: problemas e alternativas**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140. p.605-628, maio/ago. 2010.
- ROPÉ, Françoise; TANGUY, Luice (orgs). **Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa**. Campinas: Papirus, 1997.
- SACRISTÁN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed. 2000.